

## Nota de agenda

### **30 ANOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS**

Assinalam-se no próximo domingo, dia 27 de maio, os 30 anos do Decreto-lei 189/88 de 27 de maio. Esta legislação permitiu a abertura da produção elétrica ao setor privado em Portugal, tendo sido o primeiro passo para que o país pudesse ter o setor de produção de eletricidade que tem hoje.

O DL 189/88 tinha, segundo a APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis, duas vertentes: a vertente política e a técnica. No que respeita à primeira, além da abertura a privados do setor de produção deu-se início à aposta (nos tempos modernos) em fontes renováveis, face ao aumento considerável que o consumo de eletricidade teve nessa altura. Inverteu-se assim o que tinha sido a norma desde o início dos anos 70: perda de peso das fontes renováveis (então apenas a hídrica) no *mix* energético nacional, com aumento das centrais fósseis.

Esta mudança de atitude alicerçou-se na coragem e visão estratégica de muitos dos envolvidos, em especial do então Secretário de Estado da Energia, Eng<sup>o</sup>. Nuno Ribeiro da Silva, que teve o respaldo do Ministro da Indústria, Eng<sup>o</sup>. Luís Mira Amaral, e, claro, o apoio incondicional do Primeiro-Ministro Professor Aníbal Cavaco Silva. A todos eles o setor deve muito por esta viragem, que se tem vindo a mostrar vencedora. Na vertente técnica, um destaque, segundo a Associação, deve ser feito ao Professor Domingos Moura.

De acordo com António Sá da Costa, Presidente da APREN, *“talvez poucos tenham presente que após a Revolução de 25 de abril de 1974 todo o setor elétrico português foi nacionalizado, vindo a integrar a EDP, que foi constituída em 1976. O DL 189/88 veio permitir a abertura ao setor privado da produção de eletricidade, embora apenas com base em centrais hídricas até 10 MW (as chamadas “mini-hídricas”)*”.

*“Ao longo dos anos a tecnologia tem vindo a evoluir, e com ela a importância que têm no combate às alterações climáticas e na promoção da eficiência energética. É por essa razão que nos dias de hoje é possível instalar centrais elétricas renováveis aptas a competir no mercado sem qualquer apoio, que podem inclusive receber pela produção de megawatt hora renovável valores inferiores*

*aos das centrais térmicas, o que resulta numa redução do preço no mercado grossista”, reforça o responsável.*

A associação que representa as empresas renováveis reforça ainda que nem sempre o consumidor percebe os ganhos que a produção de eletricidade renovável está a trazer, pois estes dissipam-se nos outros custos que a fatura da eletricidade incorpora. Também não tem forma de perceber que, sem estas centrais renováveis, a fatura mensal de eletricidade seria muito maior.

### **Sobre a APREN**

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação, representação e defesa dos interessados comuns dos seus Associados (instituições, empresas e indivíduos interessados no desenvolvimento do setor Elétrico Renováveis).

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.

Mais informação disponível em [www.apren.pt](http://www.apren.pt)

Lisboa, 25 de maio de 2018

### **Contactos APREN**

Luís Santos, Departamento de Comunicação

Telf.: (+351) 213 151 621

E-mail: [comunicacao@apren.pt](mailto:comunicacao@apren.pt)